

Firmeza negocial do PSD evita tetos sobre as receitas das energias renováveis no Mercado da Eletricidade Europeu

Bruxelas, 06-07-2023

A intenção de introduzir um teto às receitas da produção elétrica através de fontes como as energias renováveis, estranhamente apoiada pelo governo português, foi nesta quinta-feira abandonada pelos socialistas (S&D) durante as negociações no novo Desenho do Mercado Elétrico Europeu, graças à intransigência revelada neste ponto pelo PSD, em representação do grupo do Partido Popular Europeu (PPE).

Face a essa evolução, os **relatores do documento alcançaram um compromisso político, na Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE)**, do Parlamento Europeu, abrangendo as quatro grandes famílias políticas no Parlamento Europeu: PPE; S&D, Renew e Verdes.

Em causa estava a **intenção de, em situações de crise, aplicar um teto às receitas obtidas pelos produtores que produzem eletricidade sem recorrer ao gás natural**, através das chamadas tecnologias inframarginais, entre as quais se contam as renováveis. Uma medida que o relator-principal, do S&D, acabou por aceitar eliminar da sua proposta.

"Estou muito satisfeita por termos conseguido chegar a um acordo, disse a este respeito a eurodeputada do PSD Maria da Graça Carvalho, relatora-sombra do Grupo PPE para o Desenho do Mercado Elétrico. **“Esta ideia de um teto às receitas das tecnologias inframarginais sempre foi uma linha vermelha absoluta para o PSD e para o PPE, porque significaria abrir a porta para uma interferência inaceitável no mercado e seria prejudicial para o investimento, especialmente em energias renováveis”**, acrescentou. “Felizmente, a nossa posição prevaleceu e conseguimos encontrar um compromisso que serve os melhores interesses de todas as partes, desde os consumidores até à indústria”.

Maria da Graça Carvalho admitiu ainda ter sido **“difícil de entender, sobretudo tendo em conta a aposta portuguesa nas energias renováveis”**, que o governo português tenha sido um dos apoiantes da ideia agora abandonada no seio do Conselho Europeu.

Com este avanço negocial, acrescentou a deputada, fica assegurado **“um diploma equilibrado e que assume compromissos importantes, tais como a intenção reforçada de garantir que 15% das redes elétricas de cada país serão destinadas à exportação para outros Estados-Membros e a ênfase colocada em medidas destinadas a melhorar a proteção e empoderamento dos consumidores particulares e profissionais”**.

A **votação do documento na Comissão ITRE está prevista para 19 de julho** e a votação em plenário deverá ter lugar em setembro.